



11º CONANCEP

*A Importância Crescente da Ciência Contábil na
Gestão dos Planos de Previdência*

Maceió-Alagoas
01, 02 e 03 de Junho - 2016

Governança e seus Riscos

Dionisio Jorge da Silva



11º CONANCEP

*A Importância Crescente da Ciência Contábil na
Gestão dos Planos de Previdência*

Maceió-Alagoas
01, 02 e 03 de Junho - 2016

Guia PREVIC:

10 A governança está diretamente relacionada com a gestão das EFPC, que compreende a prestação de contas de seus dirigentes e a conformidade legal dos atos praticados, que são verificados por processo de supervisão realizado pela Previc.

Dionisio Jorge da Silva



11º C ANCEP

*A Importância Crescente da Ciência Contábil na
Gestão dos Planos de Previdência*

Maceió-Alagoas
01, 02 e 03 de Junho - 2016

Guia PREVIC:

40

O exercício da atividade de conselheiro ou de dirigente deve ser feito em prol dos planos de benefícios e da EFPC, jamais em benefício próprio ou de terceiros. Conselheiros e dirigentes, independentemente de indicação ou eleição, depois de empossados nos respectivos cargos, passam a representar a entidade e os planos de benefícios. Esses requisitos se aplicam, ainda, aos membros dos comitês constituídos e destinados a realizar a gestão específica dos planos de benefícios.

Dionisio Jorge da Silva



11º ANCEP

*A Importância Crescente da Ciência Contábil na
Gestão dos Planos de Previdência*

Maceió-Alagoas
01, 02 e 03 de Junho - 2016

Guia PREVIC:

33

Os dirigentes e membros dos conselhos deliberativo e fiscal devem cumprir seus respectivos deveres fiduciários.

Dionísio Jorge da Silva



11º CONANCEP

*A Importância Crescente da Ciência Contábil na
Gestão dos Planos de Previdência*

Maceió-Alagoas
01, 02 e 03 de Junho - 2016

Guia PREVIC:

DEVER FIDUCIÁRIO

47 Todos os dirigentes, procuradores com poderes de gestão e membros de conselhos estatutários responderão civilmente pelos danos ou prejuízos que causarem, por ação ou omissão, às EFPC.

Dionísio Jorge da Silva



11º CONANCEP

*A Importância Crescente da Ciência Contábil na
Gestão dos Planos de Previdência*

Maceió-Alagoas

01, 02 e 03 de Junho - 2016

Orientar e determinar as ações de gestão da Entidade, através da fixação de regras, missão, objetivos e metas

**CONSELHO
DELIBERATIVO**

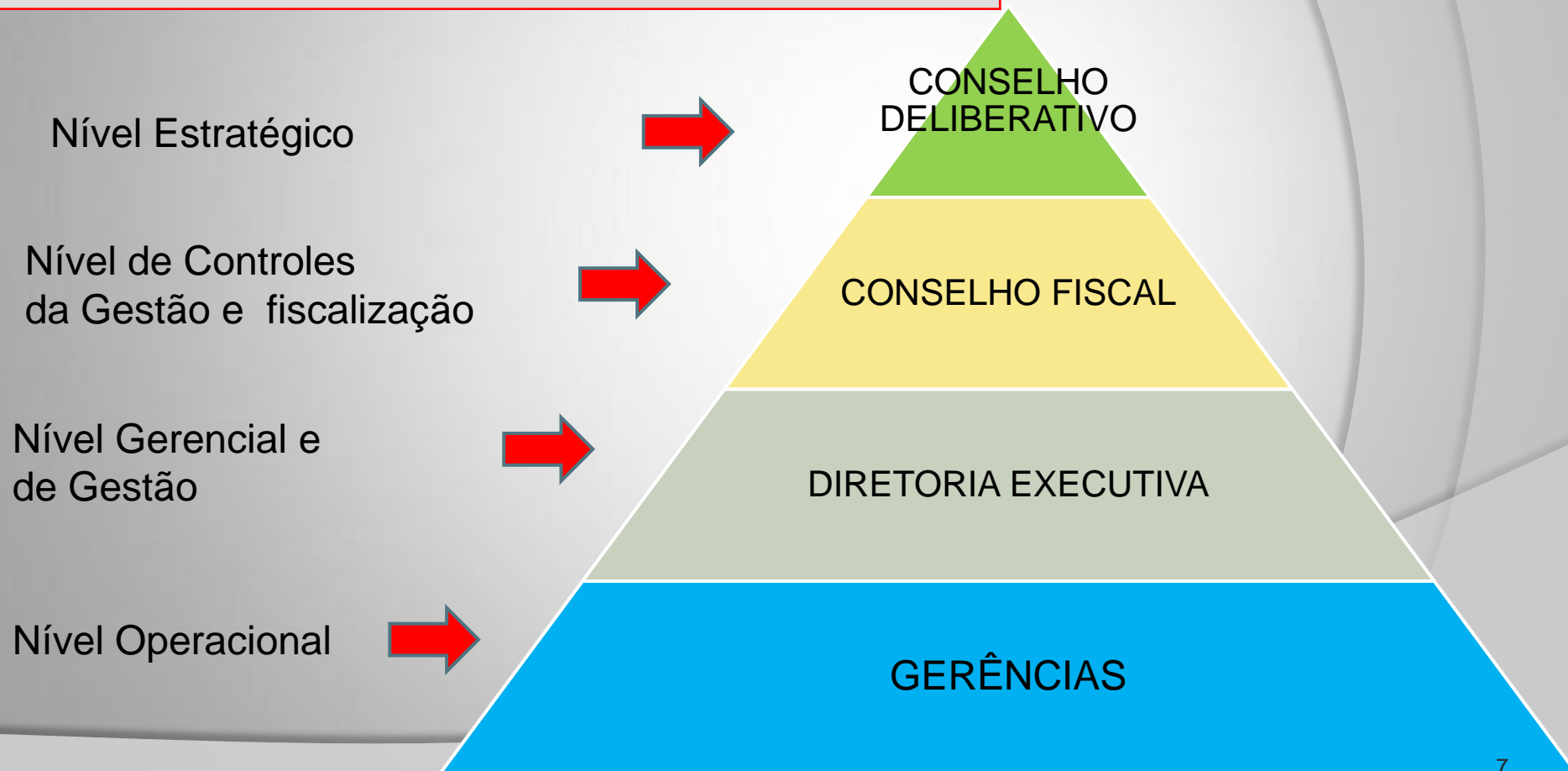
**CONSELHO
FISCAL**

Fiscalizar se as ações e metas das Entidade estão em sintonia com as regras fixadas pelo Conselho Deliberativo além de acompanhar e monitorar o controle das ações executadas pela Entidade em relação aos propósitos, objetivos e metas fixados.

**DIRETORIA
EXECUTIVA**

Colocar em prática as ações determinadas considerando as recomendações e alertas do Conselho Fiscal para uma melhor gestão.

Princípios de Governança
Stakeholders (colaboradores/gestores) de Governança
Escopo de Governança



ATRIBUIÇÕES DA GOVERNANÇA

Compliance Legal

- Assegurar que as obrigações legais sejam atendidas e seus recursos sejam adequadamente utilizados sem que ocorram riscos para EFPC

Controle de Desempenho (Internos)

- Assegurar que as ações e controles sejam aplicados de forma a gerar resultados positivos para Entidade e seus planos
- Que os resultados estejam em conformidade com os objetivos da EFPC e sua percepção dos riscos do negócio

Controle da Informação e Monitoramento

- Assegurar que os gestores devem estabelecer métodos de mensuração e comunicação dos resultados e controles em todos os níveis da Entidade buscando minimizar o risco

MATRIZ DE RISCO DA GOVERNANÇA

GOVERNANÇA CONSELHO DELIBERATIVO	RISCOS ENVOLVIDOS	CONSEQUENCIAS NAS APROVAÇÕES
Política de Investimentos	Legal, Crédito, Mercado, Liquidez	Exposição a nível inadequado de riscos, quebra do dever fiduciário
Premissas e Hipóteses	Legal, Atuarial	Passivos Atuarias divergentes, impacto nos resultados dos planos
Plano de Custeio	Legal, Atuarial	Fluxos contributivos inadequados, insuficiência de cobertura dos fluxo de compromissos
Orçamento	Operacional	Estimativas dos valores dissonantes do cenário e do histórico de realizações
Indicadores do PGA	Operacional	Critérios quantitativos e qualitativos inconsistentes
Estatuto	Legal	Colisão com a Legislação
Regulamentos dos Planos	Legal e Atuarial	Distorções no Contrato Previdenciário

MATRIZ DE RISCO DA GOVERNANÇA

GOVERNANÇA	RISCOS ENVOLVIDOS	CONSEQUÊNCIAS NAS FISCALIZAÇÕES
CONSELHO FISCAL		
Política de Investimentos	Legal, Crédito, Mercado, Liquidez	Deixar de verificar as aderências em relação as normas em vigor, exposição aos níveis de riscos inadequados, RCI Semestral
Premissas e Hipóteses	Legal, Atuarial	Deixar de Atestar e Manifestar sobre as aderências das premissas e hipóteses, RCI Semestral e Normativos CNPC e PREVIC
Plano de Custeio	Legal, Atuarial	Não monitorar os ingressos contributivos, via Balancetes e Orçamento. Verificar Nota Atuarial sobre possíveis descasamentos.
Orçamento	Operacional	Não acompanhar periodicamente a execução orçamentária e as justificativas sobre as variações, RCI Semestral
Indicadores do PGA	Operacional	Não avaliar periodicamente a execução das metas e as justificativas sobre os descolamentos, RCI Semestral
Demonstrações Contábeis	Legal, Atuarial	Não avaliar o Parecer da Auditoria Independente e Parecer ou Nota Técnica Atuarial, para emissão do Parecer
Balancetes dos Planos e PGA	Legal	Não monitorar os resultados periodicamente.
Atos da Gestão	Legal	Não monitorar as decisões do Conselho Deliberativo e Diretoria, via Atas.

MATRIZ DE RISCO DA GOVERNANÇA

GOVERNANÇA	RISCOS ENVOLVIDOS	CONSEQUÊNCIAS NAS EXECUÇÕES
DIRETORIA EXECUTIVA		
Política de Investimentos	Legal , Crédito, Mercado, Liquidez	Não cumprir os mandatos da PI e Legislação , quebrar o Dever Fiduciário
Premissas e Hipóteses	Legal, Atuarial	Não monitorar o cumprimento da realização das premissas e suas hipóteses
Plano de Custeio	Legal, Atuarial	Não controlar o ingresso contributivo e sua aderência ao Plano de Custeio
Orçamento	Operacional	Executar o Orçamento fora das estimativas e metas estabelecidas
Indicadores do PGA	Operacional	Não controlar o cumprimento das metas fixadas
Estatuto	Legal	Executar atividades não prevista no Estatuto
Regulamentos dos Planos	Legal e Atuarial	Não controlar a aplicação dos Regulamentos do Planos, principalmente na concessão de benefícios
Cadastro dos Participantes	Legal e Atuarial	Não manter a base de dados cadastrais atualizadas e consistentes
Atos de Gestão	Legal	Praticar Atos em desacordo com a Legislação , Normas Internas, Determinações do CONDEL e Recomendações do CONFIS



11º CONANCEP®

*A Importância Crescente da Ciência Contábil na
Gestão dos Planos de Previdência*

Maceió-Alagoas
01, 02 e 03 de Junho - 2016

